

[illegible]



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Maricá

FOLHA DE ROSTO DO PROCESSO

Nº DO PROCESSO	0014986/2023	DATA DE ENTRADA	20/07/2023 14:46:43
SETOR DO USUÁRIO COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
ASSUNTO LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - CP 02/2023			

DADOS DO REQUERENTE

REQUERENTE DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

DOCUMENTOS ANEXADOS E NÃO ANEXADOS

DOCUMENTOS	OBSERVAÇÃO	ANEXADO?

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO  
110225-JONATHAN OLIVEIRA ROCHA--ASSESSOR 3 - AS 3



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Maricá

Nº DO PROCESSO

0014986/2023

DATA ABERTURA

20/07/2023 14:46:43

REQUERENTE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
ASSUNTO  
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS  
COMPLEMENTO  
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - CP 02/2023



Soluções Tecnológicas Ltda.

PREFEITURA DE MARICÁ  
PROCESSO Nº: 14986/2023  
DATA DE INÍCIO: 20/07/23  
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 3

ILMO SENHOR PREGOEIRO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE  
MARICÁ - ESTADO DE RIO DE JANEIRO/SC.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8611/2022.

### DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA,

pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.499.085/0001-67, Inscrição Estadual nº 254283969/SC, com sede à Rua Cruz e Souza, nº 57, Centro, Florianópolis/SC - CEP nº 88020-710, Edifício Empresarial Demétrio Ribeiro - 13º andar, neste ato representada através de seu preposto, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, no prazo legal, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões que passa a expor.

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE.**

Foi concedido pela Ilustríssima Pregoeira da Prefeitura Municipal da Cidade Maricá, e como consignado na Ata da última Reunião, da concorrência em epígrafe, o prazo de 5 dias para apresentar recursos relativos à etapa de Avaliação de proposta técnica do presente processo licitatório. Posto isto, resta demonstrada/ comprovada a tempestividade do presente Recurso.

#### **II - DA SÍNTESE DOS FATOS.**

Senhor pregoeiro, em apertada síntese, restará demonstrado que a recorrente restou prejudicada nos resultados da pontuação apresentada pela r. Comissão Avaliadora, sobretudo por conta dos pareceres exarados pela CPL, pois apresentam contradições e pesos não equalizados.

Cabe também ressaltar o claro privilégio das questões Artísticas a questões efetivamente técnicas exigidas neste edital, por tanto decorre que a Recorrente se encontra ilegalmente desclassificada por estar abaixo da cota Mínima de participação, pelo qual a interposição desta peça recursal se faz necessária e ao final requer o seu conhecimento e provimento para revisão da cota mínima de participação e via de regra a revisão da sua classificação.

Ademais salientamos que a empresas, que não comprovaram sua capacidade técnica, na forma prevista no Edital, que possui força de LEI, foram classificadas contrariamente ao Edital.

Assim, reforçamos que, como restará provado, as razões deste recurso devem conhecidas e providas.

### III - DAS RAZÕES DO RECURSO.

#### a) PRELIMINARMENTE - DA TIPIFICAÇÃO DO EDITAL

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa.

De outro Norte Senhor Pregoeiro, não obstante, a Administração Pública incorre em ilegalidade ao traçar exigências carecedoras de razoabilidade e que não se conformem com as finalidades da Lei n. 8.666/93.

Desta feita observe-se o que diz o art. 3º da supracitada lei:

**"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

**§ 1º. É vedado aos agentes públicos:**

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato. "**

Sobre o tema, tem lugar à lição sempre profícua de Hely Lopes Meirelles (in Direito Administrativo Brasileiro, 23ª ed., São Paulo: Malheiros, p.239) para assim leciona:

**"a vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e,**

como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu”.

Justiça: Senhor Pregoeiro, já consignou o Superior Tribunal de

“É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações” (REsp. n. 474781/DF, rel. Min. Franciulli Neto, j. em 8.4.03).

Todavia, cada um dos seus atos deve ser conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais, como registrado acima.

A Lei no 8.666/1993 conceitua obra e serviço, mas não descreve o serviço de engenharia, nada obstante as várias referências a esse objeto em seu texto. Exige-se, por isso, que a opinião técnica, emitida por profissional habilitado (engenheiro ou arquiteto), devidamente registrado no conselho de classe, defina o correto enquadramento do objeto da licitação.

A Lei 8.666/1993 em seu Art. 6o [...] II Classifica Serviço de Engenharia com segue:

“Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais”;

Senhor Pregoeiro, é de registrar que a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4a Região, assentou o entendimento de que na hipótese em que é possível verificar, de exame do edital, que o objeto da licitação não se limita a simples supervisão, medição e elaboração de relatórios de andamento de obra, mas abrange, também, a prestação de serviços especializados de engenharia, como a apresentação de pareceres técnicos, onde conclui-se que tal atividade vai além das especificações técnicas e afasta a natureza de serviço comum do objeto a ser licitado, impondo-se o reconhecimento da ilegalidade do pregão eletrônico. (TRF4 5023452-

06.2018.4.04.7200, Terceira Turma, Relator Des. ROGERIO FAVRETO, julgado em 25/03/2021)

Acrescentamos que, a Recorrente, em questionamentos feitos à esta Ilustríssima Comissão no período pré Licitatório recebeu a seguinte resposta, destacadas a seguir, referente a Natureza do Edital e da Capacidade técnica exigida; de profissionais e forma de contratação. Vejamos:

**Questionamento:** Como não parece adequada a contratação de profissionais inexperientes para um projeto como este, a orientação não seria justamente o contrário, isto é, que a experiência é necessária?

**Esclarecimento:** Não é exigida experiência prévia dos profissionais, ficando a cargo e sob total responsabilidade da empresa contratada garantir a expertise da equipe e pleno funcionamento do serviço.

**Questionamento:** não há nenhuma exigência da apresentação de roteiros e layouts dentro dos quesitos da proposta técnica e nem menção a estas peças nos critérios de julgamento. A informação do briefing está correta?

**Esclarecimento:** A apresentação de tais peças será fundamental para ilustrar e avaliar a capacidade técnica e know-how da empresa.

**Questionamento:** - Embora o projeto técnico a ser elaborado seja bastante complexo, não encontramos no edital a exigência na documentação de atestados técnicos, que comprovariam a experiência do contratante. Isto está correto? Para uma maior garantia de eficiência na realização, não deveria ser exigido atestados técnicos nas áreas de produção e veiculação de conteúdo audiovisual?

**Esclarecimento:** A experiência será avaliada de acordo com as propostas técnicas apresentadas pelas empresas, mais especificamente dentro do Subquesto 4 - Capacidade de Atendimento.

**Questionamento:** Não identificamos no documento nem em seus anexos um diagrama unifilar ou lista completa dos equipamentos mínimos requeridos e sua quantidade, o que também impacta a precificação do objeto.

**Esclarecimento:** Não há exigência. Reiteramos que a contratação é de uma empresa já com expertise, experiência e técnica específica no assunto. A contratação se trata do serviço oferecido pela empresa licitante. Informamos que a solução faz parte do projeto técnico e toda a responsabilidade ficará a cargo da contratada.

**Questionamento:** Apesar do objeto não solicitar nenhuma experiência profissional, a lei exige que todos os funcionários que exercem funções em

sistemas de televisão tenham o seu registro profissional na categoria, com ênfase na especialização.

**Esclarecimento:** Estamos revisando esse item, que foi um dos motivos para a suspensão do Edital, objetivando deixar claro que existe a exigência de experiência profissional, mas a responsabilidade e documentação ficará a cargo da empresa que será contratada, não sendo configurado como fator eliminatório na análise técnica da licitação. Reiteramos que a contratação se trata do serviço oferecido pela empresa licitante.

Neste ponto, após examinarmos o edital, entendemos que o mesmo encontra-se erroneamente tipificado, pois Serviço de Produção Audiovisual, não pode abarcar as soluções de Engenharia descritas no mesmo. Devendo o enquadramento correto ser Serviço de Engenharia.

Isto posto, é de nosso entendimento que não houve má fé na redação deste edital, porém ao se especificar detalhadamente a produção das "PEÇAS" Audiovisuais, sua forma, estrutura, composição e recursos técnicos. O Autor a enquadrrou em SERVIÇO DE ENGENHARIA. Portanto, os critérios técnicos precisam ser reavaliados de forma a se dar o correto peso. Bem como os Atestados de Capacidade técnica precisam ser exigidos na forma da lei, com suas devidas ART's. Simples Cartas ou laudas sem o devido registro cartorial não podem ser aceitas.

Devendo ainda se somar a necessidade de comprovação de que existe nos quadros da empresa engenheiro devidamente contratado e habilitado no Conselho Regional de Engenharia - CREA.

#### **IV - DOS PESOS E INTERPRETAÇÃO.**

Restou claro pelo exame da peça avaliatória que houve supervalorização de questões Artísticas em prejuízo das questões Técnicas.

O EDITAL E TR em questão informam em seu texto que devem ser praticados os parâmetros de engenharia do padrão Broadcast para transmissão futura no canal aberto da TV Maricá, bem como, solicita que colaboradores tenham experiência em TV aberta ou fechada.

Senhor Pregoeiro, não houve por parte da comissão avaliadora o correto posicionamento de verificar a autorização de transmissão de serviço de radiodifusão emitido pela ANATEL e se o CNAS das Empresas autoriza esta modalidade.

*A licença de Serviço de Comunicação Multimídia é uma autorização concedida pela Anatel para quem deseja prestar serviço de acesso à internet,*



assim como outros serviços de comunicação multimídia. Conforme previsto no Regulamento de Serviços de Comunicação Multimídia, "O SCM é um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, permitindo inclusive o provimento de conexão à internet, utilizando quaisquer meios, dentro de uma Área de Prestação de Serviço".

Para requerer a autorização, é necessário que a empresa tenha um profissional responsável que ateste e assegure os serviços de telecomunicações do empreendimento. Esse profissional precisa ser cadastrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CFT (Conselho Federal de Técnicos Industriais) e pode ser um funcionário da sua empresa ou um terceirizado.

Em havendo a autorização da ANATEL, foi verificado se as Empresas participantes estão em dia com o relatório de dados utilizados no ano de 2022 na plataforma da ANATEL?

Após questionamentos sobre o projeto técnico, (Elétrica, Diagrama dos equipamentos, rede, infraestrutura, ...) Recebemos o e-mail da CPL com as informações abaixo, **que informam que o projeto técnico faz parte da proposta técnica. Por ser a Parte mais complexa** e multidisciplinar, envolvendo várias áreas da engenharia elétrica, telecomunicações, acústica e óptica entre outras, pois envolve serviços de engenharia e padrões ABNT e SMPTE. Notamos que: Empresas que não fizeram este projeto obtiveram quase a nota máxima na avaliação ou próxima a ela, quando deveriam ser desclassificadas.

*E-mail emitido pela CPL:*

A - Não identificamos no documento nem em seus anexos um diagrama unifilar ou lista completa dos equipamentos mínimos requeridos e sua quantidade, o que também impacta a precificação do objeto.

R: Não há exigência. Reiteramos que a contratação é de uma empresa já com expertise, experiência e técnica específica no assunto. A contratação se trata do serviço oferecido pela empresa licitante. Informamos que a solução faz parte do projeto técnico e toda a responsabilidade ficará a cargo da contratada.

Isso caracteriza serviço de engenharia e está fora do objeto deste edital, devendo ser contratado em outro processo licitatório.

B - Não identificamos uma assinatura do Engenheiro responsável pelo projeto (caso exista), com o seu devido registro no CREA.



R: Não existe projeto. Reiteramos que contratação se trata do serviço oferecido pela empresa licitante.

C – Não localizamos a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) no órgão competente.

R: Não há projeto, logo, não há a referida anotação. Reiteramos que a contratação se trata do serviço oferecido pela empresa licitante.

Senhor Pregoeiro, no quesito Produção de programas, como especifica o edital, apresentamos de forma simples e objetiva, argumentos para criação de programas que tenham consonância com a identidade cultural de Maricá, já formatos de acordo com os padrões da indústria televisiva brasileira.

Restou comprovado que algumas Empresas participantes do certame, só descreveram o seu extenso portfólio, demonstrando os seus trabalhos passados sem identidade com o Município.

Senhor Pregoeiro, pelo exposto, requer o conhecimento e provimento do presente recurso, no sentido de ser reconsiderado esses parâmetros na pontuação, uma vez que restou demonstrado pela recorrente, por meio de **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, devidamente registrado, a sua expertise na produção de conteúdo audiovisual especificamente em TVs públicas bem como todo o processo de implantação e operação, vejamos:



Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Trindade, 21 de Maio de 2018.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE JURAMENTADA

Emolumentos: R\$ 3,40 Selo: R\$ 1,60

SELO NORMAL FCB81336-V391

Confira os dados do ato em: selo.tps.jus.br

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DO JANEIRO**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Atestado de Idoneidade e Capacidade Técnica**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, CNPJ 304.498.62/0001-67, entidade de direito público, com endereço no Palácio Tiradentes – Rua Primeiro de Março, s/nº, Praça XV, vem atestar, pela presente, que a empresa **DIGILAB SA**, pessoa jurídica de direito privado enquadrada como **SOCIEDADE ANONIMA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.489.085/0001-87 e registrada na JUCESC sob o nº 4230002584-4, com sede na Rua Vereador Frederico Veras, nº 75, Pantanal, CEP 88040-200, Florianópolis/SC, é empresa idônea que presta serviços para a declarante em contratos administrativos desde 24 de Outubro de 2003, descritos como: serviços técnicos e especializados na operação; produção de programas televisivos e de operação de televisão; desenvolvimento, administração, suporte, manutenção, customização, instalação, atualização, edição de imagens; transmissão da programação do canal da TV ALERJ; operação dos sistemas e softwares necessários para produção, edição, exibição e gestão dos programas televisivos e demais recursos para a operação da TV ALERJ; fornecimento, locação, instalação, manutenção, suporte e operação de todos equipamentos e estrutura operacional alocados nas instalações da TV ALERJ, sendo eles, plenário, salas de comissões, estúdio, como também equipamentos e estrutura para central técnica, edição, distribuição, transmissão, arquivo e fitoteca, transmissões para internet, climatização e sistema elétrico; atuando em produções de estúdio; sistemas de exibição e edição; controle mestre; equipes de externa; cenografia; climatização; infraestrutura; transmissão entre sistemas; possuindo e utilizando equipamentos próprios na prestação dos serviços tais como: mesas de corte; mesa de controle mestre; câmeras; sistema de pantiit; computadores; monitores; cabeamento; ilhas de edição; videocassetes; conversores de formato; caixas acústicas; microfones; mesas de áudio; receptores digitais e outros equipamentos necessários para a efetiva prestação dos serviços. Também possui profissionais competentes prestando completo fornecimento de serviços de horas técnicas, contemplando operação e gerenciamento de equipe de televisão com mais de 35 profissionais dentre radialistas, jornalistas, gestores, editores, operadores de controle mestre, arquivistas, auxiliares de produção e outros profissionais de suporte administrativo capazes de manter e atender todas as necessidades necessárias para o funcionamento e manutenção da TV ALERJ 24 horas no ar 365 dias por ano desde o início da contratação.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2013.

Aristides dos Santos Boyd

Senhor Pregoeiro, data máxima *venia*, entendemos ser inapropriada/inadequada a citação de que há dúvida da capacidade financeira da Recorrente, uma vez que passada a etapa de Habilitação, a recorrente restou habilitada, atendendo em total condições o Edital desta licitação, conforme comprovado por nosso Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis - Divagar sobre o fato de que: "...poderíamos estar esperando os recursos do projeto..."

A aquisição de equipamentos é um ato que denota, que a comissão avaliadora dúvida de documentos públicos ou do membro da comissão responsável por auditá-los. De qualquer forma não vale para justificar

um voto equivocado. A Comissão deveria ser pautar por itens mensuráveis ao fazer sua avaliação

*Vale lembrar que no item 4 do edital fica claro que a Empresa tem que possuir de alguma forma os equipamentos que foram sugeridos e os periféricos a serem usados.*

*Além disso, os prazos oferecidos pelas importadoras de equipamentos ficam entre 45 a 60 dias para entrega, o que foge das datas especificadas para início dos trabalhos.*

Desta feita, solicitamos retratação e que esta nota seja revista.

**“Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no Livro Diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da Empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial, obrigatoriamente firmados pelo Dirigente/Sócio qualificado para tanto. Em se tratando de empresa nova, apresentar Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial; ”**

Senhor Pregoeiro, prosseguindo, para o quesito Custo X benefício - Os equipamentos e recursos técnicos disponibilizados tem total peso, pois a forma da captação da imagem, edição, exibição, transmissão e arquivamento, determinam a qualidade do sinal a ser entregue às plataformas de broadcasting.

Desta forma, requeremos, a revisão dos itens referentes por profissional de engenharia habilitado. Seja dado o devido peso na análise das listas de cada equipamento, Marca e modelo, material a ser alocado para o projeto, além dos diagramas de interligação e soluções de armazenamento e gerenciamento de conteúdo.

## V - DO REQUERIMENTO:

Conforme exposto, pelos fatos e argumentos apresentados neste RECURSO, requeremos como lúdima justiça que:

- a) O conhecimento e provimento na sua totalidade das razões recursais;
- b) Revisão a Tipificação do Objeto do edital e seu tratamento jurídico administrativo;
- c) Revisão dos votos e critérios de avaliação conforme as razões recursais exposta acima
- d) Seja reformada a decisão da Douta Pregoeira e Comissão Avaliadora que classificou a Requerente inabilitada por estar abaixo da faixa de classificação mínima.
- e) Caso a Douta Pregoeira opte por não manter sua decisão, requer-se, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Florianópolis, 19 de julho de 2023.

MAURICIO  
MACHADO DE  
SOUZA:00004619978

Assinado de forma digital  
por MAURICIO MACHADO  
DE SOUZA:00004619978  
Dados: 2023.07.19 15:39:41  
-03'00'

Digilab Soluções Tecnológicas Ltda.

**MAURICIO MACHADO DE SOUZA.**

Representante legal.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
CNPJ nº 01.499.085/0001-67

**MAURICIO MACHADO DE SOUZA**, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 15/04/1972, DIVORCIADO, ANALISTA DE SISTEMAS, CPF nº 000.046.199-78, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1816721, órgão expedidor SSP/SC, residente e domiciliado na AVENIDA GOVERNADOR IRINEU BORNHAUSEN, 3770, EDIFÍCIO RESIDENCIAL COUNTRY CLUB, BLOCO A, APTO 404, AGRONÔMICA, FLORIANÓPOLIS/SC, CEP 88.025-201, BRASIL.

**ESPÓLIO SERGIO VARGAS DE SOUZA**, CPF nº 004.893.520-49, representado neste ato por sua INVENTARIANTE **SIMONE MACHADO DE SOUZA**, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 04/11/1968, SOLTEIRA, FARMACÊUTICA, CPF nº 660.593.569-15, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1816720, Órgão Expedidor SSP/SC, endereço: AVENIDA GOVERNADOR IRINEU BORNHAUSEN, 3770, APTO 504 B, AGRONÔMICA, FLORIANÓPOLIS/SC, CEP 88.025-201.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42206415154, com sede na Rua Cruz e Souza, 57, Sala 1301, Edif. Emp. Demétrio Ribeiro, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.020-710, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 01.499.085/0001-67, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### OBJETO SOCIAL

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A sociedade passa a ter o seguinte objeto: ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO. TELECOMUNICAÇÕES POR SATÉLITE. COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA. COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO. DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA. SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. SERVIÇOS DE ENGENHARIA. ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE COMPUTADOR, VÍDEO E ÁUDIO.

### DA RATIFICAÇÃO E FORO

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em FLORIANÓPOLIS/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

**Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:**





**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
CNPJ nº 01.499.085/0001-67**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A sociedade usa o nome empresarial **DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, da qual usará os administradores somente em negócios estritamente ligados ao objetivo social, ficando proibidos de prestarem avais, fianças, e outros benefícios gratuitos por natureza.

*Parágrafo Único:* A sociedade tem como título do estabelecimento a expressão: “**DIGILAB**”.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A sociedade tem a sua sede social localizada na **RUA CRUZ E SOUZA, 57, SALA 1301, EDIFÍCIO EMPRESARIAL DEMÉTRIO RIBEIRO, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC, CEP 88.020-710.**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A sociedade poderá abrir filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou exterior, bem como participar de outras sociedades afins ou não.

**CLÁUSULA QUARTA** – A sociedade tem como objeto social: Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão. Telecomunicações por satélite. Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática. Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação. Consultoria em tecnologia da informação. Serviços de engenharia. Aluguel de máquinas e equipamentos de computador, vídeo e áudio. CNAE (5911-1/99, 6130-2/00, 4751-2/01, 4753-9/00, 6201-5/01, 6209-1/00, 6204-0/00, 7112-0/00, 7733-1/00)

*Parágrafo Primeiro:* Tanto a matriz quanto as filiais poderão celebrar contratos com terceiros para execução no todo ou em parte, do seu objetivo social.

*Parágrafo Segundo:* Para responder pela responsabilidade técnica indispensável à consecução do objetivo comercial atinente a cada área de atuação, a empresa contratará, quando legalmente necessário, em conformidade com as normas legais e técnicas vigentes, profissional credenciado e devidamente habilitado perante o Órgão da Classe respectivo.

**CLÁUSULA QUINTA** – A sociedade iniciou suas atividades em **01.10.1996** e tem prazo de duração por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA SEXTA** – O Capital Social é de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) quotas, de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional distribuídos da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS		VALORES
MAURICIO MACHADO DE SOUZA	750.000	R\$	750.000,00
SERGIO VARGAS DE SOUZA	750.000	R\$	750.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.500.000</b>	<b>R\$</b>	<b>1.500.000,00</b>





ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
CNPJ nº 01.499.085/0001-67

*Parágrafo Primeiro:* A redução do capital social só poderá ocorrer se houver perdas irreparáveis, uma vez completada a integralização do capital, ou se excessivo em relação ao objeto da Sociedade nos termos do artigo 1.082 do Código Civil.

*Parágrafo Segundo:* O capital social discriminado na presente **CLÁUSULA** poderá ser majorado caso o atual montante se mostre insuficiente para o regular desempenho das atividades previstas na **CLÁUSULA QUARTA** deste contrato, bem como na hipótese de necessidade de capital de giro.

*Parágrafo Terceiro:* Nos aumentos e diminuição de capital social, poderá não ser obedecida a proporção de cada um dos sócios no capital social.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – As quotas do capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser transferidas, alienadas, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, a terceiros, sem o consentimento expresso dos sócios que representam a maioria absoluta do capital social, assegurando o direito de preferência aos demais sócios, em igualdade de condições.

*Parágrafo Primeiro:* A cessão e a transferência de quotas a terceiros estranhos à sociedade, somente poderá ocorrer quando houver sido assegurado aos demais sócios a aquisição das quotas cedidas ou transferidas, em igualdade de preços e condições, e ocorrer o consentimento expresso dos sócios representantes da maioria do capital.

*Parágrafo Segundo:* O quotista que quiser transferir as suas quotas de capital, em parte ou na sua totalidade, comunicará a sua intenção, por escrito à sociedade e aos demais sócios, individualmente, determinando as condições da transferência de suas quotas, inclusive o preço pretendido.

*Parágrafo Terceiro:* Se ao término de um total de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do aviso à sociedade e, sucessivamente, os demais sócios não tiverem exercido o direito de preferência que lhes é assegurado, bem como se não existir qualquer restrição com relação ao ingresso de eventual interessado na sociedade, por parte dos representantes da maioria do capital, o sócio poderá transferir as suas quotas a terceiros, desde que o faça nas mesmas condições informadas.

**CLÁUSULA OITAVA** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, apenas respondendo solidariamente pela integralização do capital.

*Parágrafo Primeiro:* Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, nos termos dos art. 1.054 e 997, VIII, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

*Parágrafo Segundo:* Os sócios não poderão em qualquer circunstância praticar atos de liberalidade em nome da sociedade, como a prestação de garantias a favor de terceiros, e praticar atos estranhos e prejudiciais aos negócios sociais, configurando-se a prática destes atos como justa causa para fins de exclusão do sócio da sociedade.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
CNPJ nº 01.499.085/0001-67

**CLÁUSULA NONA** – A administração da sociedade caberá **ISOLADAMENTE** ao Sócio **MAURICIO MACHADO DE SOUZA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

*Parágrafo Primeiro:* Fica expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

*Parágrafo Segundo:* A título de PRÓ-LABORE o administrador poderá retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado através de deliberação e aprovação da maioria absoluta do capital social.

*Parágrafo Terceiro:* O administrador poderá nomear procuradores para administrar a sociedade em seu nome. E serão plenamente válidos os atos em que estiver a sociedade representada por um procurador do sócio administrador, salvo quando da alienação de bens do patrimônio, oportunidade em que deverá estar representada pelo administrador.

*Parágrafo Quarto:* O sócio quotista poderá exercer função dentro da sociedade por tempo determinado, podendo, no entanto, receber a título de PRÓ-LABORE o valor previamente acordado pelo serviço prestado.

*Parágrafo Quinto:* A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores, vez que a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos, nos termos do artigo 49-A do Código Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, ao término do qual será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações.

*Parágrafo Primeiro:* Em reunião anual, quando não dispensada pela legislação vigente, será decidido o destino dos resultados do exercício, a participação nos lucros, bem como a constituição de reservas de lucros e a sua reversão.

*Parágrafo Segundo:* Poderão ser levantados balanços intermediários mensais, trimestrais ou por outros períodos, para fins contábeis, eventual distribuição de lucros ou apuração de prejuízos, bem como para outros objetivos de interesse da sociedade.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
CNPJ nº 01.499.085/0001-67

*Parágrafo Terceiro:* O lucro líquido, apurado em balanço anual ou mensal, poderá ser distribuído ou não, a critério dos sócios e da situação financeira e patrimonial da sociedade. Em havendo a distribuição, os lucros disponíveis, após a constituição de reservas e participações, poderão ser partilhados entre os sócios de forma que não haja necessidade de obediência a qualquer proporcionalidade de quotas societárias desde que aprovada pelos mesmos, ou terão qualquer outro destino que seja deliberado pelos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

*Parágrafo Quarto:* Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes. No caso de inexistência de lucros suficientes para absorção total do prejuízo, este será suportado pelos sócios na proporção ou não de suas participações no capital social, conforme deliberação dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

*Parágrafo Quinto:* A sociedade não tem Conselho Fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A reunião da sociedade poderá ser convocada por qualquer dos sócios, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente, mediante a expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para o endereço dos sócios, para esse fim.

*Parágrafo Primeiro:* Ficam dispensadas as formalidades de convocação para reunião previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

*Parágrafo Segundo:* Torna-se dispensável a reunião por determinação legal ou quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto de deliberação.

*Parágrafo Terceiro:* Porém, em sendo necessária a realização de reunião, as deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas mediante quórum de instalação que será a maioria absoluta do capital social, quórum este que também se aplica à nomeação do administrador, à alienação do estabelecimento comercial e às operações de cisão, fusão, transformação, liquidação ou dissolução.

*Parágrafo Quarto:* As deliberações tomadas em conformidade com a lei e o contrato vinculam a todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes, nos termos do artigo 1.072, § 5º do Código Civil.

*Parágrafo Quinto:* A carta convocatória poderá ser substituída por e-mail, com local, data, hora e o cronograma da reunião.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Em casos de falecimento, interdição, inabilitação e/ou ausência de qualquer um dos sócios, não se constituirá causa para dissolução da sociedade, cabendo aos sócios remanescentes procederem, no prazo de 60 (sessenta) dias, ao levantamento de um inventário, seguido de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado da sociedade.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
CNPJ nº 01.499.085/0001-67

*Parágrafo Primeiro:* Em caso de morte de qualquer dos sócios, fica expressamente vedado o ingresso dos sucessores na sociedade, salvo se assim aprovado de forma unânime pelos sócios remanescentes.

*Parágrafo Segundo:* Os haveres do sócio falecido deverão ser pagos diretamente ao inventariante, escolhido pelos herdeiros, ou de acordo com a partilha (judicial ou extrajudicial), tendo como base a situação patrimonial da empresa na data do óbito, de acordo com o balanço especialmente levantado para esse fim, devendo o pagamento ocorrer da seguinte forma: 20% (vinte por cento) com o prazo de 60 (sessenta) dias após a elaboração do Balanço Patrimonial e os outros 80% (oitenta por cento) restantes, em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o pagamento da parcela inicial, sem prejuízo de eventual decisão pela antecipação do pagamento, cuja análise ficará a cargo do sócio administrador.

*Parágrafo Terceiro:* O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio, conforme estabelecido nos artigos art. 1.028 e art. 1.031, da Lei nº 10.406/2002.

*Parágrafo Quarto:* Ocorrendo o falecimento, a interdição ou a retirada de qualquer dos sócios, a formalização da exclusão do sócio falecido, interditado ou retirado se dará mediante simples alteração do contrato social por acordo entre todos os demais sócios.

*Parágrafo Quinto:* No caso de divórcio ou dissolução de união estável e, havendo necessidade de divisão de quotas a benefício de ex-cônjuge/ex-companheiro(a), observado o *Parágrafo Único* da **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**, o profissional contábil ficará responsável por apurar o valor real do capital e das quotas do sócio respectivo, através de balanço especial, no prazo de 60 dias, contados da data do divórcio ou dissolução de união estável.

*Parágrafo Sexto:* O ex-cônjuge/ex-companheiro(a) receberá os haveres apurados até o evento divórcio ou dissolução de união estável, em 12 prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 120 dias da data de apresentação do balanço especial, sendo vedado o ingresso na sociedade, salvo se assim aprovado de forma unânime pelos sócios remanescentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Os administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Os sócios poderão retirar-se da sociedade, pela vontade unilateral, a qualquer tempo, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, ou outros fatores estranhos à alteração contratual.





ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
CNPJ nº 01.499.085/0001-67

*Parágrafo Primeiro:* O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária, poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma da **CLÁUSULA** seguinte.

*Parágrafo Segundo:* A aquisição das quotas do sócio retirante, ou dos sucessores dos sócios, pelos sócios remanescentes far-se-á com a utilização de fundos disponíveis através de lucros acumulados ou recursos próprios do sócio adquirente sem ofensa do Capital Social.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Os haveres dos sócios retirantes serão pagos mediante a elaboração de balanço especialmente levantado onde o valor da sua quota será considerado pelo montante efetivamente realizado, liquidando-a com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução.

*Parágrafo Primeiro:* A quota liquidada será paga em moeda corrente nacional, em 12 prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 120 dias contados da apresentação do laudo contábil.

*Parágrafo Segundo:* No prazo de 60 (sessenta) dias, será levantado o balanço especial da sociedade previsto no “caput” desta **CLÁUSULA**, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera-se como data do evento: a) a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; b) a data de requerimento do sócio retirante voluntário pelo fim da afeição societária.

*Parágrafo Terceiro:* O balanço especial de que trata esta **CLÁUSULA** será elaborado por profissional devidamente habilitado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Dependem de deliberação e concordância dos sócios: a) A aprovação das contas da administração; b) a exclusão ou retirada de um dos sócios por pedido do sócio; c) a designação dos administradores em ato separado, não sócio ou administrador sócio; d) a destituição dos administradores; e) o modo e o valor da remuneração dos administradores; f) a participação dos administradores e dos empregados nos lucros; g) a modificação do contrato social; h) a transformação da sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação, resolução, dissolução e liquidação da sociedade empresarial; i) a nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; j) recuperação judicial; k) investimento em outras empresas, coligadas ou controladas; l) aumento de capital com bens ou moeda corrente; m) aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – A sociedade por deliberação da reunião dos sócios poderá: a) transformar-se em outro tipo social; b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada; c) fundir-se com outra sociedade; d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se caso a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
CNPJ nº 01.499.085/0001-67

**Parágrafo Único:** Para tanto é necessário a aprovação da maioria absoluta do capital social, mediante reunião instalada nos moldes do art. 1.074 e seguintes do Código Civil, bem como a elaboração de laudo de avaliação por profissional habilitado, que será nomeado na reunião, e que deverá observar os critérios do balanço especial, constantes da **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**, protocolo e justificativas elaboradas nos moldes da lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha, nas hipóteses previstas no Art. 1.033 CC.

**Parágrafo Único:** Em todas as hipóteses de dissolução, a reunião, por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observados os termos do art. 1102 e seguintes do Código Civil Brasileiro, arbitrando os seus honorários e fixando data de encerramento do processo liquidatário.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Os sócios subscritores das quotas do capital social declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal inclusive incapacidade superveniente, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civis, inclusive de personalidade.

**Parágrafo Único:** As quotas sociais dos sócios casados, sob qualquer regime, estão consensualmente, em caráter irrevogável e irretratável, gravadas com as **CLÁUSULAS** de incomunicabilidade, impenhorabilidade, e inalienabilidade, conforme disposto no Código de Processo Civil, o mesmo se aplicando ao sócio cotista solteiro que vier a contrair matrimônio, e todos os que firmam o presente contrato declaram-se expressamente de acordo e cientes do conteúdo desta **CLÁUSULA**, para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse.

**Parágrafo Único:** A responsabilidade quanto à informação oportuna de alterações desses endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-la por escrito.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** – Fica reconhecido aos sócios cotistas que detenham a maioria do capital social votante, o direito de promover mediante simples alteração do contrato social, a exclusão do sócio que incorrer em violação dos deveres societários, além da legislação pertinente que para efeito desse artigo, fica abaixo explicitado:

- a) abuso, prevaricação ou incontinência de conduta;
- b) infração ou alta de exação do cumprimento de seus deveres de sócio;
- c) concorrência desleal a sociedade;
- d) decretação de falência, concordata ou instauração de concurso de credores;
- e) quebra da *affectio societatis*;
- f) atos que coloquem em risco a continuidade da empresa, por sua inegável gravidade;
- g) quando um sócio se ausentar da sociedade por mais de 60 (sessenta) dias, sem justificativa.





ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE  
DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA  
CNPJ nº 01.499.085/0001-67

*Parágrafo Único:* Para a efetivação da alteração contratual estabelecida no *caput* dessa **CLÁUSULA**, independe qualquer notificação ao sócio excluído.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** – Fica eleito o foro da comarca de **FLORIANÓPOLIS/SC**, para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** – As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas e não reguladas pelo presente contrato serão supridas ou resolvidas com base nas disposições do Código Civil Brasileiro, Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002, supletivamente pela lei das sociedades anônimas e pela legislação pertinente em vigor.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

**FLORIANÓPOLIS/SC, 23 de NOVEMBRO de 2022.**

MAURICIO MACHADO DE SOUZA

ESPÓLIO SERGIO VARGAS DE SOUZA  
P/P: SIMONE MACHADO DE SOUZA





**JUCESC**  
Junta Comercial do Estado de  
**SANTA CATARINA**



222922214

**TERMO DE AUTENTICACAO**

**PREFEITURA DE MARICÁ**

NOME DA EMPRESA	DIGILAB SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	Processo nº 14986/2023
PROTOCOLO	222922214 - 18/11/2022	Data de Início: 20/07/23
ATO	002 - ALTERACAO	Rubrica: [assinatura] Fls: 23
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	

**MATRIZ**

NIRE 42206415154  
CNPJ 01.499.085/0001-67  
CERTIFICO O REGISTRO EM 28/11/2022  
SOB N: 2022922214

**EVENTOS**

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 2022922214

**REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE**

Cpf: 00004619978 - MAURICIO MACHADO DE SOUZA - Assinado em 28/11/2022 às 08:24:32

Cpf: 66059356915 - SIMONE MACHADO DE SOUZA - Assinado em 28/11/2022 às 09:31:30



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

28/11/2022

Certifico o Registro em 28/11/2022 Data dos Efeitos 28/11/2022

Arquivamento 2022922214 Protocolo 222922214 de 18/11/2022 NIRE 42206415154

Nome da empresa DIGILAB SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63515856140943

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2022 BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício